



AG
EC

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA N.º 6/04

2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2004

29 de Julho de 2004

Os trabalhos foram declarados abertos às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto**

Primeiro Secretário, Maria Arlete Rocha Rodrigues

Segundo Secretário, Elisabete da Silva Ferreira

Membros presentes: Todos, com excepção dos senhores João Vieira, João Paulo Castanheira, Rafael Evaristo, conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o senhor Presidente, Joaquim Raposo, a senhora Vice-Presidente Carla Tavares, os vereadores Gabriel Oliveira, Amadeu Matias, Vieira de Castro, João Bernardino, José Evangelista, Maria João Bual, e Vasco Jardim.

Verificado o Quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia da Buraca, Damaia e Falagueira se faziam representar pelos senhores Luís Ascensão, Palmira Reis e Manuel Rodrigues, respectivamente.

I – TOMADA DE POSSE

O senhor **Presidente da Assembleia** informou, de, que se encontravam na Mesa os pedidos de substituição dos senhores Luís Moutinho Lopes e Júlio Zdanowski, do PS, Manuel Vieira,

António Tremoço de Brito e Joel Vieira da CDU, José Manuel Teodoro e Luís Guarita do PSD, e António Santos do BE, ao abrigo do n.º 1 do Artº. 78º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro. Informou que o senhor Aníbal Ramos, substituto de António Santos, já tinha assumido funções a 15 de Julho.

Foi dada posse ao senhor José Manuel Leal e Filipe Soares da Silva, na indisponibilidade dos senhores Fernando Raposo e Manuel Jerónimo, suplentes da lista do PS.

Dado não estarem presentes a senhora Maria da Assunção Rosado, o senhor José Flores e a senhora Maria de Fátima Santos não tomaram posse, assim como a senhora Floripes Almeida, na indisponibilidade do senhor Carlos Aurélio Henriques, e o senhor Rafael Evaristo, na indisponibilidade do senhor Júlio Vilas Boas da Costa.

(Documentos anexos à presente Acta)

II - ORDEM DO DIA

PROPOSTA:

1 – Apreciação e votação, nos termos da alínea e) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais - Alterações (Proposta n.º. 399/2004)”*.

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Alienação em Hasta Pública de Fracções Comerciais no Empreendimento Municipal do Casal da Mira (Proposta n.º. 397/2004)”*.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 3 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Alteração do PDM de Regime Simplificado – Artº. 52º. e Aditamento ao Artº. 9º. (Proposta n.º 433/2004)”*.

4 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do Artº. 22º. do Decreto Lei n.º. 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso Público Internacional para Fornecimento Diário de Refeições nas Escolas do Ensino Básico 1º. Ciclo e do Pré-Escolar – Lote 1 – Adjudicação e Aprovação da Minuta do Contrato (Proposta n.º 476/2004)”*.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam abertas as inscrições para intervir sobre a Ordem do Dia, não havendo nenhuma inscrição, seguiu-se a votação tendo sido aprovada por unanimidade com 32 votos.

III – CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo pela senhora **Primeiro Secretário**, das folhas que constam em anexo.

Antes de dar início ao Período de Intervenção do Público, o senhor **Presidente da Assembleia** informou estarem presentes na sala os atletas do Clube de Natação da Amadora, bem como a direcção e equipa técnica, que irão estar presentes no Jogos Olímpicos de Atenas, em Agosto.

Disse ser um bom momento para os acolher, para lhes agradecer o facto de terem lutado para poderem estar a representar o país, o clube e a cidade da Amadora.

O senhor **Presidente da Câmara** manifestou a sua satisfação perante a ida dos atletas, José Couto e Simão Morgado, do Clube de Natação da Amadora aos Jogos Olímpicos de Atenas. Entregou uma lembrança aos dois atletas e ao treinador, Filipe Coelho, como prova de reconhecimento da Câmara da Amadora.

O senhor **Presidente da Assembleia** questionou se algum dos representantes das forças políticas pretendia usar a palavra, ao que o senhor Júlio Correia acedeu.

Em nome da bancada da CDU e em seu nome pessoal, o senhor **Júlio Correia** congratulou-se com a presença dos dois atletas do Clube de Natação da Amadora nos Jogos Olímpicos de Atenas, e felicitou o Clube pelo trabalho efectuado.

O senhor **Martinho Caetano** em nome do PSD da Amadora, dos vereadores e dos deputados municipais, que constituem o Grupo Municipal do PSD, desejou os melhores êxitos desportivos à direcção, à equipa técnica e aos abnegados e honrosos atletas.

O senhor **Talento Marques**, do Grupo Municipal do CDS/PP, manifestou igualmente a sua satisfação.

Salientou que se souberem honrar o clube, a cidade e o país, de certeza que, independentemente das medalhas que possam vir a ganhar essa será a melhor medalha e a medalha que fará orgulhosos todos os portugueses.

Em nome do grupo Municipal do PS, o senhor **João Serrano**, saudou os atletas, a direcção e os treinadores pela presença nos Jogos Olímpicos. Referiu que o Clube de Natação da Amadora é uma referência quer para a cidade da Amadora, quer para todo o país, sendo o único clube que tem dois representantes na modalidade de natação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O senhor **Alcídes de Matos**, Presidente da Junta de Freguesia da Reboleira, referiu ser uma honra ter na freguesia clubes de tão grande distinção, como é o caso do CNA que vai estar presente nos Jogos Olímpicos.

Por fim, o senhor **Presidente da Assembleia** felicitou, mais uma vez, a presença do Clube de Natação da Amadora nos Jogos Olímpicos de Atenas. Salientou que aquando o regresso dos atletas a Portugal, o município irá recebe-los com uma cerimónia.

IV - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam abertas as inscrições para este período, tendo-se inscrito a senhora Isabel Cerqueira.

A senhora **Isabel Cerqueira** leu um Texto que entregou à Mesa da Assembleia Municipal, o qual se anexa à presente Acta.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para reconhecer todo o trabalho feito pela Associação Rancho Folclórico "Dançar é Viver".

Disse ter dado entrada na Câmara duas propostas para o Festival de Folclore das Festas da Cidade, uma de "Dançar é Viver" e outra do Falagueira Atlético Clube. Foram analisadas na Comissão, nomeada pela Câmara, e foi decidido, por unanimidade, que a organização ficaria a cargo do FAC.

Após esta intervenção o senhor **Presidente da Assembleia** encerrou este Período.

V - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam abertas as inscrições, tendo-se inscrito os senhores Carlos Reis, Aníbal Ramos, José Fernandes, Andrade Silva e Martinho Caetano.

O senhor **Carlos Reis** lamentou que uma parte da torre, do edifício dos Cabos D'Ávila, tenha sido demolida e o relógio dessa mesma torre desaparecido. Trata-se de uma parte importante do património cultural e arquitectónico da Amadora, estando considerada no PDM.

O senhor **Aníbal Ramos** questionou o senhor Presidente da Câmara sobre as acções que estejam no terreno, e quais as conclusões dos inquéritos estabelecidos em relação à segurança no concelho da Amadora, uma vez que a insegurança é cada vez maior.

Pediu esclarecimentos sobre o que se está a passar no Parque de Neudel, se as edificações que estão a ser construídas, estão ou não na zona afecta ao Parque e em que condições é que foi possível fazer todas as edificações na zona identificada como o coração do Parque.

O senhor **José Fernandes** disse saber da existência de uma nova solução para o traçado da CRIL. Perguntou qual o ponto de situação da construção desta e qual a aceitação do IEP sobre esta nova solução.

Disse saber que havia um processo de deslocalização das bombas de gasolina, existentes em Alfovelos, questionando se a Câmara tinha sido consultada e dado o seu aval, e se esta deslocalização tinha a ver com a nova solução para o traçado da CRIL.

Em seguida teve a palavra o senhor **Presidente da Câmara** que explicou ao senhor **Carlos Reis** que a Câmara não autorizou a demolição da torre e da chaminé. Para o resto do edifício tem que ver quais os projectos apresentados. Não sabe se o relógio foi ou não retirado, mas irá verificar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Convidou o senhor **Aníbal Ramos** a consultar o processo do Parque de Neudel, porque tudo o que estava previsto no PDM e aprovado pela Câmara e pela CCDR, se mantém.

A Câmara não tem competências para averiguar e instaurar processos no que diz respeito à segurança, existem entidades competentes para esta área.

Ao senhor **José Fernandes** disse haver um trabalho feito pela Câmara, no sentido de elaborar uma solução diferente da do IEP.

Existem várias questões por resolver, nomeadamente a do viaduto nas Portas de Benfica e o emparedamento da Colina do Sol com duas vias rápidas. Estas questões foram analisadas.

Nas Portas de Benfica a solução seria a do túnel, e a outra solução da parte final da CRIL seria feita junto à IC 16 na zona da Azinhaga dos Besouros. Estas são as soluções apresentadas ao IEP, ao senhor ex-Ministro Carmona Rodrigues e às Juntas de Freguesia. Salientou que não subscrevia um projecto que não fosse este, pois acredita que é a melhor solução.

A resposta ao IEP está a ser preparada no sentido de explicar o porquê da não aceitação do seu projecto e o porquê da defesa do projecto da Câmara.

A deslocalização das bombas de gasolina vai ser feita, tendo em conta que o traçado da CRIL que está aprovado no PDM, é aquele que passa por cima destas, sendo obrigação da Câmara garantir todas as condições no sentido de se deslocalizar o direito de superfície.

Usou de novo a palavra o senhor **Carlos Reis**, para saudar a declaração do senhor Presidente da Câmara, no que se refere à construção da CRIL, uma vez que a CRIL é mais importante do que satisfazer certos líderes de opinião.

Quanto à questão da segurança na Amadora salientou haver leis que regulam sobre direitos, liberdades e garantias e que a actuação da polícia terá que ser enquadrada por essas leis. Há também um mecanismo interno da própria polícia, e externo que é a Administração Geral Externa, em que o Inspector Rodrigues Maximiano tem responsabilidade para averiguar os abusos em matéria policial.

A autoridade deve começar a ser valorizada a partir da Assembleia de Freguesia, da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, porque esta é uma cadeia hierárquica.

O senhor **Andrade Silva** mostrou a sua preocupação perante a actuação da polícia, sendo esta por vezes duvidosa, não se conhecendo procedimentos de investigação que cheguem a alguma conclusão.

O senhor **Martinho Caetano** pediu ao senhor Presidente de Câmara que o esclarecesse quanto à demolição e posterior construção de um prédio na Rua Cândido dos Reis, uma vez que a licença para aquele terreno era de remodelação.

Disse ter tomado conhecimento que tinham sido aprovadas alterações ao Regulamento Municipal da Gestão do Complexo Desportivo do Monte da Galega, questionando qual o teor das alterações.

Por fim, solicitou que fosse prestados esclarecimentos quanto ao teor do contrato celebrado entre a Câmara Municipal e os herdeiros da D. Ifigénia Cardoso Sotto Mayor, uma vez que tem a ver com terrenos da Ribeira da Falagueira e Brandoa e que existem problemas pendentes sobre esta matéria.

De seguida deu o senhor **Presidente da Assembleia** o uso da palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos.

Quanto à construção da CRIL disse que com o traçado apresentado pela Câmara Municipal o Aqueduto das Águas Livres não irá sofrer nenhuma alteração ou remoção.

Retornou à questão da segurança referindo que os polícias não podem ser sempre considerados os culpados e que o criminoso é sempre a vítima da autoridade. Referiu que com estas situações é que a polícia não tem autoridade.

Sugeriu que este assunto fosse discutido em profundidade, analisando a origem dos focos da criminalidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Ao senhor **Martinho Caetano** disse que o projecto aprovado para a Rua Cândido dos Reis era um projecto de ampliação/reconstrução. Foi informado que no âmbito da construção o prédio derrocou, no entanto para haver nova construção esta tem que manter a traça inicial. É o que está a ser feito.

As alterações feitas ao Regulamento Municipal do Complexo Desportivo do Monte da Galega visa a possibilidade de todos os jovens e clubes do concelho utilizarem as pistas de atletismo.

No contrato celebrado com os herdeiros de D. Ifigénia chegou-se a um acordo sobre o pagamento de um terreno, na Ribeira da Falagueira.

Quanto à Brandoa disse ter verificado que para além daquilo que tinha pago, havia uma parte que incluía parte de uma Escola Básica, que vai ser resolvida com o Ministério da Educação, uma estrada e uma rotunda.

O acordo feito com a outra parte do terreno foi no sentido de o centro cívico, a rotunda e avenida fossem contabilizadas as áreas e essas áreas sejam tidas em conta no futuro plano que vai ser feito como zona.

Não se tem que pagar, não se prejudica as pessoas, é uma espécie de cedência antecipada.

Este foi o acordo feito, para que no futuro não se tivesse que pôr uma acção, por se estar a invadir propriedade privada.

Para se consolidar um processo deste género, que inclui Fundos Comunitários, não se pode arriscar a fechar o processo sem se ter o problema do terreno resolvido, podendo ter penalizações fortes no que diz respeito ao financiamento comunitário.

Na Ribeira da Falagueira falta apenas resolver com um proprietário, em que não se chega a acordo, estando-se à espera da publicação do Plano de Pormenor da Ribeira da Falagueira para se poder fazer posse administrativa do terreno e posteriormente os Tribunais encarregar-se-ão de apurar os valores indemnizatórios.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que o Período de Antes da Ordem do Dia tinha terminado.

VI - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Apreciação e votação, nos termos da alínea e) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais - Alterações (Proposta n.º 399/2004)”*.

Lido o parecer da Comissão de Administração Geral e Finanças (documento anexo à presente acta), pela senhora **Primeiro Secretário**, inscreveram-se os senhores José Fernandes, Martinho Caetano, António Frade, Talento Marques e Catolino Pinto.

O senhor **Presidente de Câmara** prescindiou do uso da palavra para introdução deste ponto.

O senhor **José Fernandes** disse que o Grupo Municipal da bancada da CDU iria votar favoravelmente esta proposta.

Lamentou que se tenha demorado tantos anos para constatar que era necessário reduzir os valores das taxas, uma vez que noutros municípios as taxas são de menor valor.

Focou a necessidade de outras taxas, que têm grande impacto social, serem também revistas.

O senhor **Martinho Caetano** concordou com a necessidade de se alterar o valor das taxas, indo a bancada do PSD votar favoravelmente.

Manifestou o seu contentamento por a Câmara Municipal ter reconhecido a necessidade de reduzir o valor das taxas municipais, no que respeita a publicidade de mobiliário urbano, tornando o município mais atractivo para os agentes económicos na Área Metropolitana de Lisboa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O senhor **António Frade** lembrou que desde 1984 o Regulamento de Taxas não tinha nenhuma utilidade, uma vez que as verbas estavam desactualizadas da realidade. Há dois anos foi feito um regulamento que visou agrupar o antigo regulamento de 84, bem como novas situações dispersas existentes na Câmara e adequá-lo à realidade em que se encontra o país.

O senhor **Talento Marques** disse ter dado parecer favorável na Comissão de Finanças uma vez que concorda com a diminuição das taxas, tendo sido explicada a razão pela qual se iria reduzir o valor.

No entanto, não está muito satisfeito com o valor a reduzir, uma vez que o objectivo era ser concorrente e assim faria todo o sentido acertarem-se os preços aos valores mais baixos existentes nos outros concelhos.

Com estes valores não se consegue ser concorrente aos outros concelhos.

Usou da palavra o senhor **Presidente de Câmara** para explicar ao senhor **Talento Marques** que na altura da elaboração destas taxas, houve falta de elementos de referência, o que levou a que a Câmara não fizesse uma avaliação daquilo que era um preço aceitável.

Esta alteração é uma tentativa de se arranjar um meio termo entre os valores dos municípios de Lisboa e Sintra, que são os municípios que mais se assemelham ao concelho da Amadora.

Disse, ao senhor **Martinho Caetano**, que as taxas que estão em vigor foram aprovadas pela senhora Edite Estrela, na altura em que era Presidente de Câmara de Sintra.

O senhor **Catolino Pinto** focou a existência de publicidade quer da Câmara Municipal da Amadora quer de publicidade política, na freguesia de Alfragide, salientando que esta poderia ser retirada uma vez que já não tem qualquer utilidade.

O senhor **Presidente de Câmara** ao senhor **Presidente Catolino** confirmou a necessidade de se retirar a publicidade da Câmara uma vez que já está desactualizada.

Quanto à publicidade política disse haver a intenção de se fazer um regulamento de regras da publicidade, não sendo o de cortar o direito aos partidos, mas com o intuito de respeitar o ambiente e o direito dos cidadãos.

É de grande utilidade discutir, num futuro próximo, o regulamento para este tipo de publicidade, uma vez que é necessário preservar certas locais.

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade com 35 votos.

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Alienação em Hasta Pública de Fracções Comerciais no Empreendimento Municipal do Casal da Mira (Proposta n.º 397/2004)”*.

A Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu, não tendo sido emitido parecer por falta de consenso.

O senhor **Presidente da Câmara** prescindiu do uso da palavra para a apresentação da proposta.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam abertas as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito os senhores José Fernandes, Aníbal Ramos, Martinho Caetano, Luís Costa e Carlos Reis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O senhor **José Fernandes** referiu que parte das áreas não comerciais que estão no espaço de habitação social deviam ser destinadas ao arrendamento por parte daqueles que têm menos capacidade para adquirir as fracções.

Entende que deveria haver alguma sensibilidade por parte da autarquia, no que refere às pessoas que já tinham algum comércio e que possivelmente estariam interessados em alguns desses espaços.

Por fim, informou de que a sua bancada se iria abster.

Sobre a proposta em apreço o senhor **Aníbal Ramos** disse não estar esclarecido quanto ao empenho social, por parte da Câmara, em todo o processo.

Questionou o contacto havido junto das instituições, a nível do concelho da Amadora, no sentido de se poder instalar no local essas instituições. Devia haver maior empenhamento na acção social de enquadramento e das pessoas que lá estão a viver.

A sua bancada abster-se à na votação desta proposta.

O senhor **Martinho Caetano** focou a necessidade do município alienar todo o património que não seja essencial ao desempenho das funções, competências e ao serviço das populações a que o município tem que atender.

Disse concordar inteiramente com a proposta de alienação dos espaços não habitacionais do bairro do Casal da Mira.

O senhor **Luís Costa** manifestou o seu agrado por já estarem definidos os serviços que vão ter lugar no bairro, nomeadamente a PSP, uma unidade de cuidados familiares, a Junta de Freguesia da Brandoa, entre outros, indo estes ter um efeito benéfico na boa integração e consolidação neste tipo de urbanizações.

Quanto à alienação e aos valores definidos disse estarem de acordo com aquilo que o mercado prevê para este tipo de urbanizações, estando a fasquia num valor médio de acessibilidade.

Quanto às intervenções dos senhores José Fernandes e Aníbal Ramos, salientou que este Programa Especial de Realojamento pretende na sua génese fomentar a habitação, não é fomentar outro tipo de negócios.

Quanto à intervenção anterior o senhor **Carlos Reis** disse haver contradições nos termos sobre a definição entre aquilo que acha que deve de ser um empreendimento vocacionado para um Plano Especial de Realojamento e entre um empreendimento de vocação e vivificação económica.

Salientou que, a prioridade e o objectivo da Câmara não é ser detentora de um património, é importante tornar as pessoas detentoras de património. Estes objectivos não vão ser atingidos, não tendo no entanto razões para duvidar daquilo que foi dito na Comissão de avaliação e nos preços pedidos pela mesma Comissão, mas os valores que estão a ser pedidos por cada loja são demasiado altos para a capacidade média das pessoas.

Realçou que com valores tão elevados muitas das lojas serão vendidas em hasta pública.

Por fim, disse ir votar a favor da proposta.

O senhor **José Fernandes** usou de nova a palavra para esclarecer o senhor Luís Costa que não tinha posto em causa a qualidade de vida que é necessária para as populações que são deslocadas, o que disse foi que seria possível nas áreas comerciais que irão ser fixadas na urbanização, haver também a possibilidade das pessoas que lá vivem terem acesso a estas mesmas zonas.

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para explicar que o programa PER contempla um conjunto de equipamentos, nomeadamente o financiamento de equipamentos sociais e que a Câmara tem pagar.

Referiu que o comércio existente nos bairros, é comércio que não está tutelado legalmente, e se se vai ter um critério perante esse tipo de comércio e os outros que estão legais, como é que se pode defender a qualidade de um bairro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Explicou que o que se tem que garantir a custos da Câmara, sem nenhum tipo de financiamento, é um conjunto de áreas sociais, nomeadamente as instituições e as associações constituídas nos bairros e que trabalham nele.

A Câmara está a dotar o bairro daquilo que são as áreas necessárias e imprescindíveis para que haja qualidade e serviços de apoio fundamentais.

Salientou que aquele bairro, como todos os outros, tem direito a ter comércio como os outros locais que não são de realojamento.

Disse ser preferível equipar os bairros, dotar com equipamentos sociais e instituições que lá trabalham, em vez de se fazer uma oferta pública para determinado tipo de instituições que não têm trabalho social na Amadora.

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 30 votos a favor e 5 abstenções.

3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 3 do Art.º 53.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Alteração do PDM de Regime Simplificado – Art.º 52.º e Aditamento ao Art.º 9.º (Proposta n.º 433/2004)”*.

A senhora **Primeiro Secretário** procedeu à leitura do parecer emitido pela Comissão de Urbanismo. (Documento anexo à presente acta).

O senhor **Presidente da Câmara** explicou que o número de lugares de estacionamento destinados à habitação social e de custos controlados são desajustados às reais necessidades. O que se propõe nesta alteração é que na habitação social e a custos controlados o número de estacionamento por fogo seja de um lugar, e meio lugar por fogo para visitantes, e admitir a dispensa de áreas para estacionamento nos espaços públicos em áreas consolidadas. No entanto, mantém-se as normas aplicadas ao estacionamento no interior dos edifícios, que são

dois lugares por fogo, caso passe determinadas áreas os lugares de estacionamento passam a três.

O senhor **Presidente da Assembleia** declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito os senhores Andrade Silva e Carlos Reis.

O senhor **Andrade Silva** concorda, na generalidade, com as razões apresentadas pelos senhor Presidente

As excepções que se pretendem criar para a construção de habitação social e a custos controlados, ainda que as ache uma contradição, uma vez que se pretende levar qualidade de vida aos bairros sociais, é que os espaços públicos para estacionamento sejam menores do que outros. No entanto, tendo em conta as razões económicas apresentadas considera-se uma excepção aceitável.

Disse não concordar com a redacção da alínea b), já que a excepção que se pretende criar para as construções de habitação social e a custos controlados poderia estar melhor especificada, ou seja, em que casos é que poderão estar dispensados os lugares. O vocábulo “simples” disse não parecer o mais correcto podendo provocar arbitrariedades, já que na urbanização existem muitos casos que se escondem nas insuficiências das previsões normativas.

Entende que esta proposta não deve de ser votada, podendo a excepção mencionada na alínea b), ser melhorada e intensificada.

Usou da palavra o senhor **Presidente de Câmara** para explicar que no âmbito do financiamento, se a parte do estacionamento fosse financiada, e tendo em conta que a Câmara não pode recorrer as empréstimos, tem que ser com receitas próprias, seria evidente que todos os bairros sociais teriam estacionamento.

Explicou que, para se valorizar um empreendimento os promotores de habitação a custos controlados pretendem construir pelo menos um lugar de estacionamento por fogo, sendo este pago por quem compra este tipo de habitação, o que não se pode é obrigar a comprar dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

lugares. Por isso, nenhum promotor vai fazer habitação a custos controlados quando não existe a garantia de fazer dois lugares quando não os vende.

É neste sentido que se faz esta alteração.

Quanto à redacção, está feita para garantir a defesa do interesse municipal e público.

O senhor **Andrade Silva** focou a necessidade de se alterar a redacção da alínea b) uma vez que iria beneficiar os munícipes, podendo ter uma postura mais objectiva, clara e menos de interpretação subjectiva e arbitrária.

O senhor **Carlos Reis** disse concordar que, qualquer norma jurídica deve ter na sua redacção elementos objectivos que permitam impedir qualquer subjectividade da sua interpretação.

Referiu que seria vantajoso procurar uma redacção mais correcta no sentido de prevenir determinadas situações. Não se pode é querer elaborar os regulamentos perfeitos, os PDM's perfeitos, os instrumentos normativos perfeitos e com estas bases cada decisor, com base urbanística, poder-se escudar naquilo que o regulamento ou PDM permite, abdicando de ter de justificar opções cujos regulamentos e cujos PDM's lhes dão amplitude de decisão.

Quanto à redacção da alínea b) o senhor **Presidente de Câmara** referiu que em vez de ter posto "poderá ser dispensada" e tivesse colocado "o disposto no número anterior é dispensado nos seguintes casos", era evidente que haveria um conjunto de questões que não permitia uma análise do que se está a tratar.

Explicou que quando há espaço para se fazer dois lugares de estacionamento, e só está previsto fazer um carro por fogo para residentes e meio lugar por fogo para visitantes, o construtor fará os dois. O mesmo acontece nas operações de loteamento, emparcelamento e reparcelamento.

Por fim, explicou que com a redacção que está na proposta poder-se-á fazer uma boa gestão, não permitindo ter um chavão impeditivo de análises que têm de ser feitas tendo em conta o terreno, as características da urbanização e do interesse da cidade.

Findas as intervenções o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 29 votos a favor e 2 abstenções.

4 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do Artº. 22º. do Decreto Lei n.º. 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso Público Internacional para Fornecimento Diário de Refeições nas Escolas do Ensino Básico 1º. Ciclo e do Pré-Escolar – Lote 1 – Adjudicação e Aprovação da Minuta do Contrato (Proposta n.º 476/2004)”*.

Lido o parecer resultante da Comissão de Administração Geral e Finanças, (documento anexo à presente acta), pela senhora **Primeiro Secretário**, o senhor **Presidente da Assembleia** questionou o senhor Presidente da Câmara se pretendia fazer a apresentação da proposta.

O senhor **Presidente da Câmara** cedeu a palavra à senhora **vereadora Carla Tavares** que explicou que abertura deste concurso visa o fornecimento das refeições e respectivo serviço, contemplando, também, a manutenção e conservação do equipamento de cozinha das diversas escolas, para o ano lectivo de 2004/2005.

Este tipo de procedimento é executado, pela primeira vez, no município da Amadora uma vez que houve a requalificação do Parque Escolar.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que as inscrições estavam abertas para discussão deste ponto tendo-se inscrito o senhor Andrade Silva.

O senhor **Andrade Silva** sugeriu que na Comissão de Acompanhamento fosse incluída, também, os representantes da Associação de Pais, pois são eles quem melhor sabem se os filhos estão ou não bem nutridos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

A senhora **vereadora Carla Tavares** explicou que num concurso público internacional, lançado pela Câmara Municipal, era difícil incluir a Associação de Pais para análise de propostas.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que o debate para este ponto estava encerrado ao que deu início à votação. A proposta foi aprovada por maioria com 26 votos a favor e 6 abstenções.

Antes de dar por encerrado os Trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, as minutas das deliberações da Ordem do Dia foram aprovadas nos termos do n.º 3 do Artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 32 membros presentes.

Finda a discussão da Ordem do Dia, o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a Sessão às 00.10 horas.

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Maria Arlete Rocha Rodrigues, 1.º Secretário, que a redigiu.